



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Formação de Professores e Desafios da Escola no Século XXI

Sinop, v. 7, n. 2 (19. ed.), p. 386-399, jun./jul. 2016

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

CRIANÇAS DA BOLSA FAMÍLIA NAS ESCOLAS DE SINOP¹

Elucimaria Alves dos Santos

Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop/MT - Brasil

RESUMO

Este artigo é resultado de pesquisa realizada sobre as ações do Programa Bolsa Família na vida de crianças beneficiárias da Escola Municipal Jurandir Liberino de Mesquita no município de Sinop - Mato Grosso. A pesquisa foi de cunho qualitativo e teve como sujeitos de pesquisa: professoras, alunos e mães de alunos. A pesquisa amparou-se na autora Maria Cecília de Souza Minayo. A funcionalidade do programa na vida escolar de crianças beneficiadas, além de refletir sobre os critérios adotados para fazer parte do programa, implica em ação assistencialista às famílias em situação de vulnerabilidade social e contribui para a permanência das crianças na escola.

Palavras-chave: Educação. Programa Bolsa Família. Escola. Maria Cecília de Souza Minayo.

1 INTRODUÇÃO

A problemática da desigualdade social na estrutura de realização da sociedade brasileira, historicamente, é compreendida no processo de negação e silenciamento de considerável parcela populacional ao estado de vulnerabilidade social.

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **CRIANÇAS DA BOLSA FAMÍLIA NAS ESCOLAS: “Se essas pessoas soubessem da realidade nossa”**, sob a orientação do Professor Dr. Marion Machado Cunha, Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop, 2015/2.

A produção desigual da sociedade brasileira assevera a pobreza e a extrema pobreza, contribuindo para o aumento e distanciamento do indicador à igualdade social produzido no antagonismo da sociedade capitalista. A lógica constitutiva da sociedade capitalista com base na exploração e violência à vida é capaz de produzir todos os elementos para aprofundar as desigualdades sociais, entretanto é incapaz de produzir novos elementos para a igualdade.

Nesse sentido, a perspectiva da presente pesquisa propôs-se problematizar e apreender uma das principais ações do atual governo federal em promover mecanismos de distribuição de renda por meio de políticas compensatórias à pobreza e a desigualdade. Nesse cenário, dentre outras políticas sociais encontra-se o Programa Bolsa Família (PBF) desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Sob essa perspectiva, analisou-se o PBF no espaço escolar e seus possíveis efeitos na vida de alunos, produzindo impactos relacionados à segurança alimentar e garantia de renda que ao seu modo podem produzir novos impactos quanto ao desenvolvimento educacional dos alunos oriundos daquelas famílias beneficiárias do PBF.

O Programa é um instrumento de políticas sociais que se volta como um agente principal no que se refere aos benefícios e os impactos do programa na vida social das famílias e o combate à vulnerabilidade em especial aquelas em situação de pobreza ou de extrema pobreza, centrando-se na vida escolar de crianças beneficiárias do Programa.

A pesquisa realizada teve caráter qualitativo e foi orientada pelo materialismo histórico e dialético. A realização da pesquisa de campo vinculou-se à Escola Municipal Jurandir Liberino de Mesquita, entre os meses de março e julho, foi realizado o levantamento dos dados com duas professoras, quatro alunos e duas mães de alunos beneficiados. Para a coleta de dados foram utilizados questões abertas, por permitir que os entrevistados possam dar respostas individuais. No entanto, vale ressaltar que para essa fase da pesquisa as dificuldades foram muitas, pois, os pais sentiam receio em fornecer às informações.

2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família, mesmo representando as forças progressistas do capital, não deixa de verter a própria dinâmica de reprodução capitalista. Por outro lado, a necessidade de superar a miséria por parte dos trabalhadores, os recoloca na luta hegemônica para além da renda. Os possibilita de leituras de realidade, nos termos limites da pobreza, porque a fome deixa de ser uma condição limite da produção da vida. É sob essa contradição do Bolsa Família que as tentativas de boicotar o BPF se vigora nas consciências ideológicas do capitalismo conservador, que se alimenta também da miséria que produz.

Assim, o PBF² já apresenta de forma preliminar os resultados em Educação no País. O principal tema que tem dominado os debates são os compromissos (condicionalidades) assumidos pelas famílias para continuar a receber o benefício, como que crianças e adolescentes até 15 anos tenham frequência de ao menos 85% nas aulas e que os jovens de 16 e 17 anos tenham 75% de frequência, no mínimo.

Analisar os filhos das famílias beneficiárias do PBF remete ao entendimento da dinâmica e do movimento histórico que esse condicionante pode produzir para além da crítica meramente assistencialista, produzida por alguns de seus críticos, em especial pela teoria econômica.

A teoria econômica quando defende a categoria das oportunidades, nega de pronto o fato de que nem todos os sujeitos ter as condições necessárias para buscar essas oportunidades, dadas a situação de vulnerabilidade social. A lógica presente na concepção econômica retira a igualdade do seu horizonte de acesso, pois nega que todos os sujeitos estão em situação de desigualdade no processo de produção da vida material. Alega-se que as desigualdades seriam superadas pela garantia de oportunidades a todas as pessoas, no entanto não lhes provêm as condições de acesso a essas mesmas oportunidades.

Nesse sentido, as políticas compensatórias com redistribuição de renda, a exemplo do PBF, têm-se mostrado necessárias nos países em que se apresentam fortes padrões de indicadores de desigualdade, como no caso brasileiro, que por meio das políticas sociais objetiva combaterem as desigualdades sociais geradas pela distribuição desigual de renda.

² Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/09/ministra-reforca-importancia-do-bolsa-familia-para-educacao>>.

3 DESEMPENHO ESCOLAR DOS ALUNOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ESCOLA JURANDIR

Buscou-se apreender como está o desempenho dos alunos beneficiários do PBF na sala de aula, ao decorrer do processo de aprendizagem deles. Há diversos mecanismos de avaliação da Educação Básica no nosso país, como se pode observar nas palavras de Guimarães-Iosif (2007, p. 23):

O aluno brasileiro, de modo geral, não aprende o suficiente. Mesmo os alunos das escolas particulares ficam atrás nas pesquisas internacionais que avaliam o nível de aprendizagem dos alunos. Mas a situação da escola pública é muito mais dramática, principalmente quando se fala de escolas localizadas em regiões mais pobres.

Na escola campo, os alunos, que estão nos primeiros anos do ensino fundamental, são avaliados por níveis de aprendizagem e não por uma nota específica.

O nível um implica em capacidade não trabalhada. Nesse nível, o aluno tem muitas dificuldades de aprendizagem, ou seja, não consegue ainda assimilar conhecimentos básicos trabalhados nas disciplinas. Já o nível dois, significa a capacidade ainda não desenvolvida. Por exemplo, apesar de saber ler uma informação, ou conteúdo, mas não sabe utilizá-lo em seu contexto social. O nível três, corresponde a capacidade em desenvolvimento, ou seja, o domínio parcial de um determinado conteúdo. E, por fim, o nível quatro corresponde a capacidades já consolidadas, ou seja, o conteúdo trabalhado em sala de aula é passível de ser apreendido pelo aluno, permitindo utilizá-lo com senso crítico e reflexivo.

A escola campo da pesquisa forneceu um material que explicava os níveis avaliativos, pelos quais os professores elencavam em quais seus alunos estavam. Nesse sentido, a Escola Jurandir disponibilizou o histórico avaliativo dos alunos do 3º Ano do Ensino Fundamental, que serviu de universo da pesquisa. Com base nessa informação foram escolhidos quatro alunos para responderem as perguntas ao decorrer da entrevista. A turma do 3º Ano tem vinte e sete alunos no período vespertino. Destes, apenas seis são bolsistas do PBF e vinte dois não o são.

Contudo, com um público de 442 alunos, existem 119 alunos que são do bolsa família.

Os professores, ao referirem-se aos quatro níveis de avaliação dos alunos do 3º Ano, diziam que aqueles que estivessem no nível um eram denominados pertencentes ao nível baixo, aqueles que estavam no nível dois são intitulados nível médio, os que fazem parte do nível três são chamados de nível de transição e por fim aqueles que estavam no nível quatro são apontados como os alfabetizados.

Uma de nossas entrevistadas foi a professora Dilma³ na pesquisa mostrou os dados referente apenas aos alunos bolsistas PBF, discriminando em qual ou quais níveis eles estavam. Dos seis alunos bolsistas PBF, sendo que três deles estão no nível médio e três no nível baixo. O contexto dos demais alunos não bolsistas do PBF, também implicava que eles estivessem nos níveis um e dois na sua maioria, sendo que pouquíssimos deles estão nível três e quatro.

Apesar dos vinte e um alunos não serem bolsistas no programa PBF, não significa que eles não tenham tanta ou igual dificuldade na aprendizagem como os seis alunos que são bolsistas. O público alvo da instituição é, em sua ampla maioria, de filhos e filhas de trabalhadores, que no muito têm as condições mínimas para sanar as suas necessidades básicas. Contudo, como é colocado materialmente uma diferenciação entre esses alunos. Um no qual ficam os alunos pobres ou com as piores condições de manutenção da vida e o outro com alunos também pobres, mas que conseguem ter as condições básicas para viver. Pois ter comida na mesa, ou roupas, ou ainda material escolar para estudar não pode ser considerado um luxo.

Na forma fica subentendida, essa relação polarizada, enquanto se esconde os reais condicionantes de uma sociedade capitalista, que se vigora por meio da exploração, desapropriação e produção da violência sobre a vida, das mais variadas manifestações.

Em relação a aprendizagem dos alunos, a professora Dilma do terceiro ano da Escola Jurandir, em sua entrevista, destaca as vantagens para os alunos beneficiários do PBF, dizendo que eles recebem o auxílio para comprar materiais escolares ou alimentação, e ela ainda enfatiza, que. Em relação à aprendizagem,

³ Serão utilizados nomes fictícios em todos os sujeitos desta pesquisa.

seria importante pontuar que estes alunos não possuem mais ou menos capacidade de aprender do que os demais alunos.

(01) Dilma: Deveria estar associado à participação familiar no processo da formação escolar dessa criança, e não apenas na frequência, pois a família se preocupa apenas em mandar a criança para a escola e não com o seu rendimento. Muitos dessas crianças são totalmente abandonados no que se refere às questões de ensino e aprendizagem, não pela escola, mas por seus genitores, que além de não acompanharem seu rendimento escolar, também não os assistem em seus lares, principalmente em averiguar o quanto estão evoluindo na escola, ou nas suas dificuldades. Muitos além de apresentar dificuldades de leituras e escrita, não recebem qualquer ajuda de seus pais ou responsáveis para a realização de tarefas escolares.

A professora pontua uma problemática que os dados referentes ao PBF, não ilustra, geralmente em seus dados quantitativos. Essa relação de trabalho mútuo entre família e escola. A escola não pode ser vista apenas como um local apenas para deixar os filhos ou no qual as crianças sejam obrigadas a frequentar pelos seus pais, apenas no intuito de se manter o benefício. A professora coloca um ponto de reflexão interessante sobre associar a participação familiar ao critério de frequência escolar, mas será mesmo necessário que essa medida seja como caráter obrigatório, como se funcionasse o estímulo resposta. Não há como chamar esses pais ou responsáveis a participarem do contexto escolar dos seus filhos, sem que seja por imposição de uma política governamental?

A professora diz que os pais que sempre aparecem na escola são daqueles alunos que fazem as tarefas, que se dedicam, já daqueles que tem dificuldades, acabam aparecendo na escola apenas em momentos de festinhas ou na hora de assinar o boletim dos filhos.

Não tem uma resposta única para a situação apontada pela professora, e também é preciso compreender essa situação em suas múltiplas dimensões, o contexto socioeconômico do aluno, o papel da escola, que tipo de conhecimento de fato é finalidade da escola construir, que formação esses pais têm, como esses

sujeitos constroem essa dada realidade, muitas vezes sem compreender que ela é produto de suas ações.

De fato, relata a professora muito desses alunos tem configurações familiares diversificadas e acabam por conviver com os males que a pobreza produz, a violência, problema com alcoolismo ou drogas, a falta de alimentos, roupas e remédios. A relação que esses pais possuem com a educação formal é de ter um conhecimento que lhes permita trabalhar para ter melhores salários, ou ainda ensinam isso aos seus filhos. Como mostra a fala da mãe Nara.

(02) Mãe Nara: Eu digo para meus filhos, estudem para vocês não terem uma vida tão sofrida como a minha. As crianças de hoje em dia não sabem o quanto tem chances, antes desde de pequena já tinha que trabalhar para ajudar em casa.

O autor Pinto (1982, p. 23) nos diz que a educação é um processo social e contínuo, que ela tem um duplo caráter histórico pois revela a historicidade individual de cada sujeito e da própria história coletiva. E que a educação tem por função integrar todos “os seus membros a forma social vigente (relações econômicas, instituições, usos, ciências, atividades, etc.).”

Se temos como premissa que vivemos em uma sociedade capitalista, que é organizada pelo capital, e que a concepção de trabalho massificadamente, mas disseminada e trabalhada, é a do trabalho apenas na sua dimensão de troca, ou seja venda da força de trabalho, essa mãe também está trabalhando com os seus filhos. Até porque conhecimento na atual fase tecnológica do capitalismo, significa mais oportunidades de emprego. Outro aspecto da fala da mãe Nara que chama a atenção, é que para ela mesmo seus filhos sendo beneficiários do PBF, ou seja, eles estão na condição de pobreza ou extrema pobreza, ela ainda assim diz que seus filhos não conhecem o que é dificuldade pois não precisam trabalhar na infância, já que ela teve. Os trabalhadores nessa condição de vulnerabilidade socioeconômico são direcionado a pensar, que a pobreza era menor no passado, quando na verdade independente da fase histórica, desde quando se instaurou o capitalismo a produção da pobreza humana e econômica dos trabalhadores é fomentada.

O que muda a cada tempo histórico são as formas pelas quais o sistema do capital se estrutura e se reproduz, mas em sua essência nuclear a continua

vigorando a lei de exploração de uma classe sobre a outra. Portanto, o capital também educa por meio da violência, isso não está explícito em atos diretos somente, mais também por ato indiretos como as políticas públicas.

A educação é um fenômeno cultural. Não somente os conhecimentos, experiências, usos, crenças, valores, etc. a transmitir ao indivíduo, mas também os métodos utilizados pela totalidade social para exercer sua ação educativa são parte do fundo cultural da comunidade e dependem do grau de seu desenvolvimento. Em outras palavras, a educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, segundo os moldes e pelos meios que a própria cultura existente possibilita. O método pedagógico é função da cultura existente. O saber é o conjunto dos dados da cultura que se têm tornado socialmente conscientes e que a sociedade é capaz de expressar pela linguagem. (PINTO, 1982, p. 45).

Ainda segundo Álvaro Pinto (1982, p.34), em função de a sociedade capitalista estar dividida em classes sociais opostas e antagônicas, a educação também reproduz as desigualdades sociais e econômicas. Sendo assim a educação escolarizada espelha os interesses da classe dominante. Ela dita que tipo de educação formal será destinada aos trabalhadores e seus filhos, bem como a educação que deve garantir a herança cultural dos herdeiros do capital. Não é por acaso ou coincidência que muitos dos trabalhadores e seus filhos são condicionados a terem uma educação promotora do conformismo, do consenso social, que não lhes oportunizam investir-se como sujeitos de suas histórias e não somente da história.

Por isso, em tais sociedades, a educação pelo saber letrado é sempre privilégio de um grupo ou dá-se, no sentido que se segue: — somente este grupo tem assegurado o direito (real, concreto) de saber (p. ex., alfabetização);—somente membros desse grupo se especializam na tarefa de educar;
— somente e se o grupo tem o direito e o poder de legislar sobre a educação, ou seja, de definir aquilo em que deva consistir a educação institucionalizada, escolarizada. (PINTO, 1982, p. 34).

Mas ainda sendo a escola uma mediadora no processo de produção capitalista, ela é um espaço de luta, que precisa ser disputado, pois as práticas pedagógicas desenvolvidas dentro dela influênciam a formação da prática social dos sujeitos, que estão sendo formados dentro do seu espaço físico.

A luta de classes perpassa no ambiente escolar pelo direcionamento do conhecimento, ou seja, pela detenção do saber e sua construção, e isso é material em todos os níveis do sistema educacional.

Há uma conjuntura de elementos condicionantes que fazem com que os alunos do PBF tenha dificuldades de aprendizagem dentro e fora da escola, e esses fatores vão desde a falta de condições básicas como alimentação, moradia, transporte até a falta de material, estrutura familiar entre outros. Mas também um currículo escolar que não respeita o tempo de aprendizagem que cada aluno. As atividades são definidas por tempos já estabelecidos, que são apenas cumpridos pela formação muitas vezes precária dos seus professores, pelo o ensino do conteúdo em vez da aprendizagem significativa. Como por exemplo, o ato de escrever e ler se torna quase que mecânico, pois ganha destaque, como se ato repetitivo de fazer isso fosse mais importante do que o ato entender o porquê está escrevendo e o que está se lendo. A professora da escola, a senhora Lula nos diz que:

(03) Lula: O ensino que é trabalhado com os alunos bolsistas ou não bolsistas do PBF, é o mesmo. Então tudo o que é feito por um aluno na escola é feito pelo os demais.

Mas o modo como a coordenadora coloca seu posicionamento sobre o ensino igual para todos dentro da escola ocorre, mas na universalização do saber, da homogeneidade ou do que o de apropriação do conhecimento.

Somos desafiados a imprimir práticas educativas capazes de conhecer o contexto dos seus alunos e mediar com eles uma leitura crítica e reflexiva sobre a realidade que vivenciam dentro da escola e fora dela. É a partir dessa leitura reflexiva que o professor ou professora poderia se posicionar política e ideologicamente. Freire (1997, p. 53) discorre que: “procurar conhecer a realidade que vivem nossos alunos é um dever que a prática educativa nos impõe: sem isso não temos acesso à maneira como pensam, dificilmente então podemos perceber o que sabem e como sabem”.

Mas também é necessário saber que o trabalho do professor passa pelo ensino e aprendizagem no qual o professor não tem somente o papel de entrar na

sala de aula e repassar conteúdo, mas também de interagir e saber utilizar os mais variados meios de chegar ao aluno.

As professoras Dilma e Lula disseram que a aprendizagem ocorre, mas que muito dos alunos têm dificuldades em saber ler, escrever e até no comportamento. E isso independente se os alunos são bolsistas PBF ou não, porque o público alvo daquela Instituição são filhos e filhas de trabalhadores no âmbito geral que também não tem todas as condições materiais que precisam.

Quando se refere a qualidade na educação, ou na importância da construção das ferramentas de ler e escrever, deve ser no sentido de que eles consigam entender as informações que eles adquirem ou já possuem.

Um dos alunos entrevistados, a Pamela disse que:

(04) Aluna Pamela: Se vem a escola para aprender, fazemos um monte de tarefinha que a professora passa, mas as vezes eu não sei como fazer, e gosto mais de brincar.

Mas o que é esse aprender para essas crianças? Elas sabem que precisam estar na escola e que a professora dá “as tarefinhas”? Mas qual a significação que eles atribuem a esse processo? A professora Dilma afirmou que trabalha as atividades que são solicitadas no currículo, trazendo atividades impressas por meio do livro didático. Mas acontece que essas práticas pedagógicas, geralmente, não se referia realidade vivenciada pelos alunos e tampouco se pautava em um diálogo associando as dimensões da vida e suas relações.

Então para esses alunos o aprender se traduz no fazer a atividade, E, muitas vezes, o único espaço que elas têm para exercitar um dos direitos fundamentais da infância parece configurar-se com o ato de brincar. O lado perverso disso é que a medida que esse aluno vai avançando no sistema educacional, ele acaba não aprendendo determinados conteúdos nas series iniciais. Ele é “tragado” pelo processo – é como se cada ano escolar fosse pré-requisito para o próximo. E então esse aluno vai entendendo que não necessita criar um vínculo com a construção do conhecimento e que não é e nem precisa ser o produtor de conhecimento, apenas o consumidor do conhecimento fragmentado, trabalhado na escola. E, do outro lado,

os professores e demais profissionais da educação, que atuam na escola, também contribuem com essa produtividade de miséria intelectual.

Com a precarização das condições materiais dos sujeitos que compõem a comunidade escolar, com um aceleração na produção de conhecimentos técnicos funcionais de alunos e professores, o contexto atual escolar revela a massificação. Falar em fracasso escolar enquanto mera desistência do aluno é simplificar a lógica desumanizadora do capital.

Referente à qualidade da educação e sua complexidade podemos citar Duarte (2012, p. 75):

A qualidade da educação é multidimensional- assim como o fracasso escolar. De modo geral, há consenso na formulação de políticas públicas de que a qualidade educacional envolve, necessariamente, valorização dos profissionais da educação (inclusive, dos não docentes), investimento em tecnologia educacional e infraestrutura, investimento na qualidade e procedência dos conteúdos. Nesse sentido, não é a luta apenas de um dos atores dessa política que poderá transformar a instituição escolar. É necessário intervir em todo o ciclo de políticas públicas educacionais.

Os diversos sujeitos que compõem a comunidade escolar, sob a perspectiva das políticas educacionais ou políticas públicas, devem empreender-se na luta para que esses sujeitos construam as condições necessárias de acesso a bens sociais, tal como a educação, zelando pela qualidade deste para todos. Nesse sentido, o PBF apesar de não ser uma política educacional, ainda, assim, possibilita aos seus beneficiários meios de permanência na escola. Pois, mesmo o valor do benefício não suprimindo as necessidades financeiras dos participantes do Programa, ajuda as famílias com este dinheiro ter a oportunidade de comprar, material escolar, comprar comida, roupa, remédios, pagar um aluguel entre outras coisas. Pode não parecer muita coisa para quem tem essas necessidades atendidas, mas essa orientação ajuda milhares de brasileiros no final de cada mês: é um pequeno diferencial na vida de crianças e das famílias em situação de pauperização, alterando as relações básicas minimamente à dignificação da vida.

4 CONCLUSÃO

O PBF foi criado com o objetivo de combater as desigualdades socioeconômicas, realizando atendimento às famílias brasileiras que estivessem na linha da pobreza ou miséria. Trata-se de uma Política Pública que tem como uma das condicionalidades a permanência das crianças na escola. Os recursos financeiros são repassados do governo para as famílias carentes, visa contribuir com a compra de alimentos, medicamentos, materiais escolares, vestimentas entre outras coisas.

Contudo, podemos ressaltar que embora a avaliação do rendimento das crianças ainda seja menor que o esperado, em nível mediano, ao analisar as condições de vida das famílias, é possível perceber o quanto este pequeno avanço na proteção dessas crianças ou pelo menos ajudam a minimizar os impactos da vulnerabilidade das condições materiais de vida.

Assim, as famílias pesquisadas ressaltam que o PBF melhora a frequência escolar e ainda possibilita uma renda adicional, que auxilia de forma importante na aquisição de alguns bens fundamentais. Por outro lado, a escola acrescenta a necessidade do Programa avançar para além das condicionalidades impostas, enfatiza que é imprescindível a participação das famílias em ações e programas que contribuam para a formação dos sujeitos.

CHILDREN FROM “BOLSA FAMÍLIA” IN THE SCHOOLS FROM SINOP

ABSTRACT⁴

This article investigated the action of the Bolsa Família Program (BFP) in the life of benefited children from the Municipal School Jurandir Liberino de Mesquita in the city of Sinop - Mato Grosso. The subjects of this qualitative research were: teachers, students and the mothers of these students. The search was supported by the authoress Maria Cecília de Souza Minayo. The functionality of the program in the life of benefited children, that besides reflecting about the criteria adopted that take

⁴ Tradução realizada por Vinícius Dallagnol Reis. Graduado em Letras, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop.

part in this program, implies in an action that assist the families in situation of social vulnerability and also contribute to the permanence of children in school.

Keywords: Education. Bolsa Família Program (BFP). School. Maria Cecília de Souza Minayo.

REFERÊNCIAS

DILMA. Dilma: depoimento. Entrevistadora: Elucimaria Alves dos Santos, Sinop, MT, 2015. Gravação digital áudio (20 min). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso Crianças da Bolsa Família nas escolas de Sinop 2015.

DUARTE, Natália de Souza. **Política Social: um estudo sobre educação e pobreza.** Tese (doutorado). Universidade de Brasília. 2012

EVELINE, Algebaile. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos.** Rio de Janeiro: Lamparina, Fajerp, 2009.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não.** São Paulo: Olho d'Água, 1997.

GUIMARÃES-IOSIF; Ranilce M. **A qualidade da educação da escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipada: implicações para a situação de pobreza e desigualdade no Brasil.** 2007. 310f. (Tese de doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LULA. **Lula:** depoimento. Entrevistadora: Elucimaria Alves dos Santos, Sinop, MT, 2015. Gravação digital áudio (30 min). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso Crianças da Bolsa Família nas escolas de Sinop 2015.

MÃE NARA. **Nara:** depoimento. Entrevistadora: Elucimaria Alves dos Santos, Sinop, MT, 2015. Gravação digital áudio (35 min). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso Crianças da Bolsa Família nas escolas de Sinop 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2008.

MORAN, Jose Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** São Paulo: Papyrus. 2000.

PAMELA. **Pamela:** depoimento. Entrevistadora: Elucimaria Alves dos Santos, Sinop, MT, 2015. Gravação digital áudio (30 min). Entrevista concedida para o Trabalho de Conclusão de Curso Crianças da Bolsa Família nas escolas de Sinop 2015.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições Sobre Educação de Adultos.** São Paulo. Cortez, 1982.

Correspondência:

Elucimaria Alves dos Santos. Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sinop, Mato Grosso, Brasil. E-mail: Lucimara_alves_@hotmail.com

Recebido em: 30 de março de 2016.

Aprovado em: 16 de maio de 2016.